

UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

*Luciana Troca Dantas
Unigranrio
lucianatroca@ig.com.br*

*Barbara Cristina Mathias dos Santos
Unigranrio
barbara-cms@hotmail.com*

Resumo:

Este minicurso tem como objetivo oferecer uma proposta de trabalho voltada para a Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O alto consumo cada vez mais estimulado pela mídia tem sido constatado já na fase da infância. Este hábito pode tornar-se um complicador e se não for reconstruído, pode fortalecer, assim, adultos com vida financeira instável. Esta proposta traz um panorama da temática da Educação Financeira no contexto atual, bem como sua travessia na Educação Básica. Propõe principalmente, o mapeamento de estratégias para a inserção da temática no cotidiano escolar, além de apresentar algumas reflexões, que levam a uma sociedade mais dinâmica e responsável, com indivíduos preocupados, preparados e conscientes. Um dos propósitos deste estudo é analisar questões pertinentes ao tema, como a problemática do consumismo compulsivo, endividamento, educar as crianças financeiramente, pressupondo pais e professores preparados, dispostos a modificar atitudes e práticas pessoais.

Palavras-chave: Educação Financeira; Ensino Fundamental; Educação Matemática

1. Introdução

Educação Financeira é um projeto que se desenvolve ao longo da vida dos indivíduos e pressupõe a preparação deles para que sejam consumidores responsáveis, informados e exigentes, com a promoção permanente de seu desenvolvimento pessoal e profissional, ensejando o reforço da cidadania e desenvolvimento de valores, resultando em uma sociedade civil mais ativa e dinâmica.

A Constituição Federal, artigo 208, inciso IV, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), afirma que a ação da educação infantil é complementar a da família e comunidade. Nesse sentido, é de responsabilidade dos pais a educação dos filhos desde o nascimento, incluindo também, a Educação Financeira.

É preciso preparar as crianças para serem consumidores informados e responsáveis, pois elas poderão ser adultas com alto grau de exigência e de responsabilidade com o planeta

e com seu

futuro. Questões atualmente delegadas ao Estado, terão que serem absorvidas, principalmente nos quesitos acesso aos serviços de saúde, preparação da aposentadoria e sustentabilidade do planeta. De acordo com Ferreira (2013), o grau de exigência e de responsabilidade dos mais novos será ainda maior daqui para frente; os cidadãos vão ter que ser mais responsáveis de forma individual e em temáticas que até aqui delegavam ao Estado, como saúde e previdência. A Educação Financeira é fundamental e imprescindível para sua formação pessoal, permitindo-lhes adaptar a novas tendências e atitudes no futuro.

Nos documentos curriculares no Brasil não é possível identificar a Educação Financeira na Educação Básica, apesar do Governo propor como um projeto a ser implementado neste nível de ensino. Sustentabilidade por sua vez, pode ser encontrado em ciências ou temas transversais, porém de maneira subjetiva, ou seja, diretamente associado ao meio ambiente. A mídia não encontra resistência na oferta de produtos, pois seu alvo são crianças e jovens que se encantam com as chamadas sedutoras para o consumo, isto é, são jovens potencialmente vulneráveis para adquirir o hábito de “ter”.

Baseado neste contexto, este minicurso vem propor a reflexão sobre as possíveis práticas de conscientização financeira dessas crianças e jovens, favorecendo a formação de adultos com vida financeira saudável, fortalecendo a relação entre trabalho e valor dos bens, bem como articulando a Educação Financeira com a Educação Matemática. Corroborando com esse pensamento, Rocha (2008, p.13) afirma que “quando o individuo tem as finanças em ordem, ele toma decisões e enfrenta melhor as adversidades. E isso ajuda não só na vida financeira, mas também nos aspectos familiares”.

Apesar de muitos pais pensarem que dinheiro não é assunto para criança, D’Aquino (2008) defende que as bases do modelo financeiro são construídas por volta dos 5 anos de idade. O autor afirma ainda que “o modo como manejamos nossa vida financeira foi, em larga escala, construído a partir do que ouvimos; deixamos de ouvir do que vimos ou deixamos de ver nossos pais fazerem ou dizerem a respeito do dinheiro” (D’AQUINO, 2008, p. 11).

Corroborando os argumentos de D’Aquino, Cerbasi (2012, p. 17) alerta que “começar cedo e de forma correta a educar os filhos sobre dinheiro, pode diferenciar um milionário de um endividado”. Isto se torna muito significativo quando pensamos em quantas horas as crianças passam em frente à televisão, com acesso aos canais infantis, cujos intervalos entre

as programações

apresentam um mundo fascinante dos brinquedos, cada vez mais espetaculares e, por conseguinte, mais caros. Sem desprezar os casos em que os pais passam a maior parte do tempo no trabalho e atribuem um “preço” à sua ausência, oferecendo um novo objeto como substituição da sua presença, amenizando a sua culpa. Aprender a controlar a ansiedade no momento de adquirir um determinado bem é tarefa difícil, face ao progressivo poder do *marketing*. Aprender a limitar as opções disponíveis é uma estratégia eficaz. Um exemplo simples é, ao invés de perguntar o que a criança quer de presente, opta-se por colocar a questão de uma forma mais fechada e simples: jogo ou boneca? Com pequenas estratégias de negociação, a criança vai desenvolvendo uma maior capacidade de tolerância e controle da ansiedade. Ferreira (2013) adverte que a chantagem emocional ou pirraça, a qual muitas crianças recorrem, é uma forma de testar os limites das regras que foram impostas pelos pais.

A prática do consumo consciente é essencial, pois movimentada a economia, gera empregos, preserva o meio ambiente, além de garantir uma vida equilibrada aos sujeitos. Segundo Niskier (2012),

[...] para promover um modelo de desenvolvimento sustentável, devemos investir fortemente na educação das crianças. Estimulando a conscientização ecológica desde cedo, estaremos preparando cidadãos capazes de promover o crescimento econômico, atrelado ao desenvolvimento tecnológico de forma sustentável, levando em conta a inclusão social e a preservação do meio ambiente. (NISKIER, 2012, p.9)

Temos um longo caminho a percorrer, para que se tenha a educação como agente de transformação e sustentação da sociedade brasileira.

2. Educação Financeira, base teórica.

A Educação Financeira das crianças é fundamental para uma mudança de atitude a médio prazo. Segundo Ferreira (2013), a forma como a família se relaciona com os aspectos financeiros, sem dúvida irá condicionar a formação dos futuros adultos. Um desafio interessante visa conciliar os programas curriculares com as temáticas envolvendo Educação Financeira e Sustentabilidade. Uma forma de abordagem poderá ser por meio de exemplos concretos, dentro das aulas de Matemática, com recursos às finanças pessoais. Os livros didáticos utilizados em salas de aulas carecem de exemplos assim. A introdução de programas de Educação Financeira, Sustentabilidade nas escolas, não pode se dar em casos isolados.

Kiyos

aki (2000) utiliza o termo “analfabetos financeiros” para adjetivar a grande maioria dos jovens que crescem sem instrução financeira, no que diz respeito aos americanos, uma realidade não muito diferente, em termos de consumo, com o Brasil. Um fator alarmante que vem ocorrendo no Brasil é o aumento do número de indivíduos consumidores compulsivos. Com a proposta de Educação Financeira nas escolas, a criança vai aprendendo desde cedo a lidar com o dinheiro, tornando-se, provavelmente, um consumidor mais disciplinado, diferente do que ocorre, hoje, na sociedade.

Ensinar a criança a ser um consumidor ponderado, informado e responsável, é essencial para evitar o desperdício e o consumismo exagerado e prepará-lo para questões de sustentabilidade do planeta. As crianças que são estimuladas a desenvolver consciência financeira, no futuro vão se tornar adultos mais responsáveis e preocupados com o meio ambiente, evitando o consumismo, planejando seus gastos, cientes da relação entre trabalho e valor dos bens, ficando longe de atividades que possam comprometer seus objetivos.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) identificou, em 2003, a concordância entre países membros sobre a importância da Educação Financeira, fato que levou esse órgão mundial a incluir no documento de 2005 o objetivo de que se providenciem estratégias para a abordagem da Educação Financeira no espaço educacional, onde, para a Organização, a Educação Financeira é:

[...] o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre conceitos e produtos financeiros e, por meio de informação, instrução e orientação objetiva, desenvolvem habilidades e adquirem confiança para se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos financeiros, para fazerem escolhas bem informadas e saberem onde procurar ajuda ao adotarem outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar e a sua proteção. (OCDE, 2005, p.13).

Logo, pode-se constatar que a Educação Financeira está diretamente relacionada ao bem-estar social dos sujeitos, contribuindo para a formação de cidadãos capazes de gerir seus recursos e tomar decisões com mais razoabilidade. De acordo com D’Aquino (2008), a sociedade mostra que há uma tendência das pessoas ligada à necessidade da aquisição de produtos, desde antes da moeda surgir, os homens já negociavam a base da troca de mercadorias conhecida como escambo.

Mais tarde,

na Idade Média, o ourives aparece neste cenário como uma espécie de agente bancário, responsável por guardar as riquezas, além de realizar empréstimos a quem precisasse. Com o advento da sociedade capitalista, no século XIX, todo o cenário econômico passa por uma grande transformação. Para D’Aquino (2008), o capitalismo está diretamente relacionado ao consumismo, fato que reforça a importância da Educação Financeira compor a grade curricular, articulada com a Educação Matemática.

De acordo com o Banco Central (BACEN, 2012, p. 4), “pessoas educadas financeiramente planejam melhor suas compras e cumprem seus compromissos financeiros”, assim como outros conteúdos, acredita-se que a Educação Financeira quando trabalhada desde os anos iniciais, até mesmo na pré-escola, favorece a perspectiva de um futuro estável financeiramente, D’Aquino (2008, p. 8), inclusive, sobre educação infantil, revela que: “a função primordial da Educação Financeira infantil é criar as bases para que na vida adulta essas crianças possam ter uma relação saudável, equilibrada e responsável em relação a dinheiro”.

3. Educação Financeira no Ensino Fundamental

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2001), a interação do ensino de Matemática com os Temas Transversais, é uma questão que deve ser mais explorada, visto que o ensino de Matemática também contribui para a formação integral do aluno, com vistas à conquista da cidadania. O desenvolvimento de projetos surge como uma boa alternativa de organizar os conteúdos pedagógicos, conferindo-lhes significados.

A compreensão das questões ambientais pressupõe um trabalho interdisciplinar em que a Matemática está inserida e ajuda na tomada de decisões advindas de intervenções, como, por exemplo, na reciclagem a partir do reaproveitamento de materiais, no reflorestamento entre outros. O entendimento dos problemas que ocorrem no meio ambiente, como desmatamento, desperdício, poluição, destino dos lixos, uso dos recursos naturais, constituirá como ferramenta essencial para a construção de conceitos e compreensão dos procedimentos matemáticos (hipóteses, coleta, organização, interpretação de dados, argumentação, medidas, áreas, proporcionalidade).

Uma sociedade sustentável, segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, é a que vive em harmonia, respeitando e cuidando dos seres

vivos (ética);

melhorando a qualidade de vida dos homens; conservando a vitalidade e a diversidades do planeta; minimizando o esgotamento de recursos não renováveis; permanecendo dentro dos limites de capacidade de suporte do planeta; modificando atitudes e práticas pessoais (valores e comportamento); permitindo a iniciativa das comunidades de cuidar do seu próprio ambiente; gerando uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação; construindo uma aliança global entre todos os povos, visto que a sustentabilidade é uma preocupação mundial.

Todos os cidadãos têm o direito de viver num ambiente agradável, saudável, com água e ar puros, com vegetação natural, logo, defender esses direitos é um dever de todos os cidadãos e refletir sobre essas questões é tarefa essencial de todo educador.

4. Atividades

Este minicurso tem como objetivo, oferecer uma proposta de trabalho com a Educação Financeira e Sustentabilidade da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. Pretende-se apresentar sugestões de atividades e propor a construção de outras, para serem aplicadas em níveis distintos da Educação Básica: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Buscar-se-á, pelas atividades propostas, incentivar os docentes a refletirem para agir em prol da conscientização dos alunos sobre o consumo mais consciente e sustentável.

As atividades seguirão alguns eixos temáticos e a proposta é que sejam formados dois grupos: um que trabalhará para a educação infantil e outro com anos iniciais do ensino fundamental. Será proposta uma construção coletiva de questões e, ao final, cada grupo compartilhará as propostas desenvolvidas. Esses eixos temáticos são: O valor das coisas; Economia e Sustentabilidade; Orçamento e Planejamento.

Como recurso para a realização das atividades, serão oferecidos aos grupos, materiais para manuseio e confecção das atividades, tais como: cartolinas, cola, tesoura, sucatas, canetas coloridas, revistas para recorte, textos específicos correlacionados aos eixos temáticos, pois produzirão reflexão e, posteriormente, discussões na plenária.

Ao final das construções, as produções serão apresentadas pelos grupos para os demais participantes a fim de se compartilhar as ideias e valorizar o trabalho coletivo.

A oficina será avaliada pelos participantes a partir de depoimento em cartaz.

5. Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases**: Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CERBASI, Gustavo. **Pais inteligentes enriquecem seus filhos**. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

CERBASI, Gustavo; SOUSA, Maurício. **Descobrimo o valor das coisas: o guia da educação financeira para pais e professores ensinarem seus filhos brincando**. 1 ed. São Paulo: Gente, 2012.

FERREIRA, Ricardo. **Educação Financeira das Crianças e Adolescentes**. 1 ed. Lisboa: Escolar, 2013.

D'AQUINO, Cassia de. **Educação Financeira: Como educar seus filhos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008

KIYOSAKI, Robert T. **Pai rico, pai pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro**. Trad. Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

NISKIER, Arnaldo. **Sustentabilidade e Educação**. 1 ed.. São Paulo: SESI-SP, 2012.

NISKIER, Arnaldo. **Sustentabilidade e educação**. In: PALESTRA PARA O CURSO DE ALTOS ESTUDOS DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA, 2012, Rio de Janeiro, RJ. Apresentação... Rio de Janeiro: ESG, 2012.

ROCHA, Ricardo Humberto. **Educação Financeira em pauta**. Disponível em: <<http://www.hsm.com.br/artigos/educacao-financeira-em-pauta>>. Acesso em: 02 mar. 2016